

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES  
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, COM GARANTIA ADICIONAL, SOB O  
REGIME DE GARANTIA FIRME DE COLOCAÇÃO, DA J. MACÊDO S.A.**

Pelo presente instrumento particular, de um lado,

- (1) **J. MACÊDO S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Fortaleza, Estado de Ceará, na Rua Benedito Macêdo, n.º 79, Cais do Porto, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 14.998.371/0001-19, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("**Emissora**");

e de outro lado, como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 1ª emissão da Emissora ("**Debenturistas**" e "**Debêntures**", respectivamente),

- (2) **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante designada simplesmente "**Agente Fiduciário**", e em conjunto com a Emissora denominados, "**Partes**" ou, individualmente e indistintamente como, "**Parte**"),

Tem entre si, justo e contratado, celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Adicional, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da J. Macêdo S.A." ("**Escritura de Emissão**"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

## **1 AUTORIZAÇÕES**

- 1.1 A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 17 de agosto de 2007 ("**AGE**") e deliberação do Conselho de Administração da Emissora realizada em 12 de setembro de 2007 ("**RCA**"), nos termos do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (conforme alterada, "**Lei das Sociedades por Ações**").

## **2 REQUISITOS**

A emissão das Debêntures ("**Emissão**") será feita com observância aos seguintes requisitos:

- 2.1 **Registro na Comissão de Valores Mobiliários.** A Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), na forma da Lei n.º 6.385, de 07 de dezembro de 1976 (conforme alterada, "**Lei n.º 6.385/76**"), da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução n.º 400 da CVM, de 29 de dezembro de 2003 ("**Instrução CVM n.º 400**"), bem como das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.



AO7736617/3.63a/13 set 2007

- 2.2 Arquivamento na Junta Comercial do Estado do Ceará e Publicação.** A ata da AGE que aprovou a Emissão foi devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Ceará – JUCEC (“JUCEC”) e publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará e nos jornais “O Povo” e “Valor Econômico”, nos termos da legislação em vigor. A ata de RCA que ratificou a remuneração e a quantidade definitiva das Debêntures será devidamente arquivada na JUCEC.
- 2.3 Registro da Escritura de Emissão.** Esta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCEC, de acordo com o artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.
- 2.4 Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento.** A distribuição pública das Debêntures (“Oferta”) será registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (“ANBID”), no prazo de 15 (quinze) dias corridos a contar da data de concessão do registro da Oferta pela CVM, em atendimento ao Código de Auto-Regulação da ANBID para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, promulgado por esta entidade em 9 de maio de 2006.
- 2.5 Registro da Garantia.** O Contrato de Cessão (conforme definido abaixo), pelo qual será formalizada a garantia mencionada na Cláusula 4.5.1 abaixo será registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de Fortaleza, Rio de Janeiro e São Paulo, nos termos do Artigo 130 da Lei 6015/73.
- 2.6 Registro para Colocação e Negociação.** As Debêntures serão registradas (i) para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário na CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação (“CETIP”), através do Sistema de Distribuição de Títulos (“SDT”) e do Sistema Nacional de Debêntures (“SND”), respectivamente, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (“ANDIMA”), sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP; e (ii) para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário no Sistema Bovespa Fix (“Bovespa Fix”), administrado e operacionalizado pela Bolsa de Valores de São Paulo (“BOVESPA”), sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (“CBLC”).
- 2.7 Limite da Emissão.** A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o capital social da Emissora, na data de assinatura desta Escritura de Emissão é de R\$ 197.872.436,91 (cento e noventa e sete milhões, oitocentos e setenta e dois mil, quatrocentos e trinta e seis reais e noventa e um centavos), e o valor total da Emissão é de R\$ 103.600.000,00 (cento e três milhões e seiscentos mil reais), considerando-se o exercício do Lote Adicional nos termos da Cláusula 4.7 abaixo.



A07736617/3.63a/13 set 2007



### 3 CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

- 3.1 **Número de Séries.** A Emissão será realizada em uma única série.
- 3.2 **Valor Total da Emissão.** O valor total da Emissão será de R\$103.600.000,00 (cento e três milhões e seiscentos mil reais), considerando-se o exercício do Lote Adicional nos termos da Cláusula 4.7 abaixo.
- 3.3 **Quantidade de Debêntures.** Serão emitidas 10.360 (dez mil, trezentas e sessenta) debêntures ("**Debêntures**"), considerando-se o exercício do Lote Adicional nos termos da Cláusula 4.7 abaixo.
- 3.4 **Destinação de Recursos.** Os recursos obtidos por meio da Oferta destinar-se-ão: (i) aproximadamente 70,0% dos recursos ao alongamento da dívida de curto prazo da Emissora; e (ii) aproximadamente 30,0% dos recursos ao suporte do financiamento do plano de expansão de capital de giro da Emissora.
- 3.5 **Número da Emissão.** Esta Emissão representa a primeira emissão de debêntures da Emissora.
- 3.6 **Banco Mandatário.** O banco mandatário das Debêntures para esta Emissão será o Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04 ("**Banco Mandatário**").
- 3.7 **Banco Escriturador.** O banco escriturador das Debêntures para esta Emissão será o Banco Itaú S.A., acima qualificado ("**Banco Escriturador**").

### 4 DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

- 4.1 **Colocação e Procedimento de Distribuição.** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação no mercado por meio do sistema do SDT e do Bovespafix, observado o procedimento de distribuição previsto no §3º do Artigo 33 da Instrução CVM n.º 400, nos termos do Contrato de Distribuição Pública de Debêntures Simples, com Garantia Adicional, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação da 1ª Emissão da J. Macêdo S.A. ("**Contrato de Distribuição**"), celebrado entre a Emissora e o Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**") nesta data, de acordo com plano de distribuição elaborado pelo Coordenador Líder, que levará em consideração suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica. A garantia firme prestada pelo Coordenador Líder engloba 10.000 (dez mil) Debêntures e não engloba o Lote Adicional emitido nos termos das Cláusulas 4.7 abaixo.



A07730617/3.63a/13 set 2007

- 4.1.1 A colocação pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da Oferta pela CVM e de publicação do anúncio de início de distribuição pública das Debêntures ("**Anúncio de Início**") e a disponibilização do prospecto definitivo da Emissão aos investidores, nos termos da Instrução CVM n.º 400 ("**Prospecto**").
- 4.2 **Data de Emissão das Debêntures.** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de setembro de 2007 ("**Data de Emissão**").
- 4.3 **Valor Nominal Unitário das Debêntures.** O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ("**Valor Nominal Unitário**").
- 4.4 **Forma e Conversibilidade.** As Debêntures serão simples e não conversíveis em ações da Emissora. As Debêntures terão a forma escritural, nominativa, sem a emissão de cautelares ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pela instituição responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta o Relatório de Posição de Ativos, acompanhado de extrato em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos e, para as Debêntures custodiadas na CBLC, será expedido pela CBLC relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem custodiadas na CBLC, que igualmente serão reconhecidos como comprovantes de titularidade de Debêntures.
- 4.5 **Espécie e Garantia.** As Debêntures serão da espécie quirografia e emitidas com garantia adicional representada pela cessão fiduciária de direitos creditórios decorrente da venda dos produtos da Emissora para seus clientes, cuja cobrança e pagamento sejam realizados através de duplicatas físicas e/ou escriturais cobradas por meio de boleto de cobrança bancária ("**Títulos e Direitos Creditórios**"). A garantia adicional será equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor total da Emissão, na Data de Emissão, correspondente a R\$ 25.900.000,00 (vinte e cinco milhões e novecentos mil reais), considerando o exercício do Lote Adicional, limitada a 100% do saldo não amortizado das Obrigações Garantidas ("**Valor do Depósito em Garantia**"). Para fins desta Cláusula 4 "**Obrigações Garantidas**" significa 100% (cem por cento) do saldo não amortizado de todas as obrigações principais, acessórias e moratórias, presentes ou futuras, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora relativas às Debêntures e demais obrigações nos termos da Escritura de Emissão.
- 4.5.1 A cessão fiduciária dos Títulos e Direitos Creditórios será formalizada através da celebração, até o dia imediatamente anterior à publicação do anúncio de início, do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos



A07736617/3.63a/13 set 2007



Creditórios e Outras Avenças entre a Emissora, o ~~Agente Fiduciário~~, na qualidade de representante legal dos titulares das Debêntures e o Banco Itaú S.A. ("**Agente de Garantias**"), cuja minuta é parte integrante da presente Escritura de Emissão como seu **Anexo I**, de acordo com os termos do Artigo 66-B da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965 e outros dispositivos aplicáveis nos termos da legislação em vigor ("**Contrato de Cessão**").

- 4.5.2 O Contrato de Cessão será levado a registro, pela Emissora, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, conforme mencionado na Cláusula 2.5 acima. Imediatamente após o referido registro, a Emissora deverá encaminhar uma via original registrada em cada um dos cartórios mencionados na Cláusula 2.5 ao Agente Fiduciário e ao Agente de Garantias.
- 4.5.3 Após a Data de Emissão, os Títulos e Direitos Creditórios que excederem 100% (cem por cento) do saldo não amortizado das Obrigações Garantidas em Títulos e Direitos Creditórios e/ou dinheiro depositado na Conta Vinculada, conforme definido abaixo, serão liberados do ônus da garantia, até o primeiro dia útil subsequente ao dia em que os recursos depositados excederem o Valor do Depósito em Garantia.
- 4.5.4 A cobrança dos Títulos e Direitos Creditórios será realizada através do Banco Itaú S.A., ou representante do seu grupo econômico, sendo que o produto decorrente da cobrança dos Títulos e Direitos Creditórios será depositado na conta vinculada nº. 58.544-3, agência 2001, de titularidade da Emissora, mantida no Banco Itaú S.A. ("**Conta Vinculada**").
- 4.5.5 Caso a Emissora esteja adimplente com todas as suas obrigações, nos termos desta Escritura de Emissão, e desde que os Títulos e Direitos Creditórios em Garantia somados com o saldo depositado na Conta Vinculada sejam correspondentes ao Valor do Depósito em Garantia, os recursos excedentes ao Valor do Depósito em Garantia, depositados na Conta Vinculada, serão, até o primeiro dia útil subsequente ao dia em que os recursos depositados excederem o Valor do Depósito em Garantia, liberados em favor da Emissora, mediante crédito na conta corrente nº. 52.525-4 mantida no Banco Itaú S.A., agência 1338 ("**Conta de Livre Movimentação**").
- 4.5.6 Em caso de descumprimento, pela Emissora, de suas obrigações de pagamento referentes às Debêntures, o Agente Fiduciário instruirá o Agente de Garantias a efetuar o bloqueio da Conta Vinculada, conforme previsto no Contrato de Cessão e excutirá a garantia representada pela cessão fiduciária dos Títulos e Direitos Creditórios em benefício dos titulares das Debêntures.



A07736617/3.63a/13 set 2007

- 4.5.7 A Emissora neste ato declara que os Títulos e Direitos Creditórios decorrerão de negócios jurídicos validamente constituídos e estarão livres e desembaraçados de qualquer ônus e/ou gravames de qualquer natureza quando da primeira integralização das Debêntures.
- 4.6 **Preço, Prazo e Forma de Subscrição e Integralização.** As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definida abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização.
- 4.6.1 As Debêntures poderão, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, que será de até 2 (dois) dias úteis a contar da data da publicação do Anúncio de Início, com integralização à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.
- 4.7 **Lote Adicional.** Conforme definido no procedimento de *bookbuilding* e ratificado pela RCA, foram emitidas, a critério da Emissora e mediante aprovação do Coordenador Líder, 360 (trezentas e sessenta) Debêntures adicionais ("Lote Adicional").
- 4.8 **Prazo de Vencimento.** As Debêntures terão prazo de vigência de 4 (quatro) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de setembro de 2011 ("Data de Vencimento").
- 4.9 **Amortização de Principal.** O Valor Nominal Unitário será amortizado em 7 (sete) parcelas semestrais consecutivas, a partir do 12º (décimo segundo) mês da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 1º de setembro de 2008 e o último na Data de Vencimento, em 1º de setembro 2011, conforme as proporções abaixo destacadas:

Data	Percentual de Amortização
1º de setembro de 2008	14,29%
1º de março de 2009	14,29%
1º de setembro de 2009	14,29%
1º de março de 2010	14,29%
1º de setembro de 2010	14,29%
1º de março de 2011	14,29%
1º de setembro de 2011	14,26%

- 4.10 **Remuneração.** A partir da Data de Emissão, as Debêntures renderão juros a taxa correspondente às taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas



A07736617/3.63a/13 set 2007



diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de um spread de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado nos termos da presente Escritura de Emissão, a partir da Data de Emissão e a última data de pagamento da remuneração, coincidindo com a Data de Vencimento, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo) ("Remuneração").

- 4.10.1 Define-se Período de Capitalização como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para o pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão, exclusive ("Período de Capitalização"). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento. A Remuneração correspondente aos Períodos de Capitalização será devida semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo a última data de pagamento de Remuneração a Data de Vencimento ("Datas de Pagamento da Remuneração").
- 4.10.2 As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento dos juros, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.
- 4.10.3 Fórmula de Cálculo da Remuneração. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Onde:

J = valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal unitário de emissão, no início do primeiro Período de Capitalização ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no caso dos demais Períodos de Capitalização, informado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



A07736617/3.63a/13 set 2007

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)^{\frac{n_{DI}}{N}}$$

Onde Fator DI = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + TDI_k]$$

Onde:

$n_{DI}$  = número total de Taxas DI, sendo "nDI" um número inteiro;

$TDI_k$  = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dk}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

$DI_k$  = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

$dk$  = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa DI, sendo "dk" um número inteiro (a taxa DI é válida por um dia útil);

Fator Spread = corresponde ao *spread* de juros fixos, calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorSpread = \left[ \left( \frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{N}} \right]$$

Onde:

$spread = 1,5000$ ;

$N$  = número de dias representativo do *spread*, sendo calculado baseado em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis;

$n$  = o número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.



A07736617/3.63a/13 set 2007



Observações:

0050

- (a) O fator resultante da expressão  $[1 + TDI_k]$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.
- (b) Efetua-se o produtório dos fatores diários  $[1 + TDI_k]$  sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (c) Se os fatores diários estiveram acumulados, considerar-se-á o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais com arredondamento.

4.10.4 Indisponibilidade da Taxa DI. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, acrescida do spread, até a data do cálculo, não sendo devida qualquer compensação financeira, multa ou penalidade tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.10.5 Ausência de Divulgação da Taxa DI. Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação da Taxa DI ("**Período de Ausência de Taxa DI**") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade, por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia de Debenturistas (na forma e no prazo estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades Anônimas e nessa Escritura de Emissão), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado ("**Taxa Substituta**"). A Assembleia de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade, por imposição legal, da Taxa DI, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última taxa DI conhecida.

4.10.6 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia de Debenturistas, a referida Assembleia de Debenturistas não será mais realizada e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anterior a ser utilizada até esta data.

4.10.7 Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por



A07736617/3.63a/13 set 2007

cento) das Debêntures em Circulação, conforme definido abaixo, a Emissora optará a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias contados, a partir da data da realização da respectiva Assembléia de Debenturista, qual a alternativa escolhida (para os fins desta Escritura de Emissão, considera-se **"Debêntures em Circulação"** todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas pela Emissora):

- (i) A emissora poderá resgatar antecipadamente e, consequentemente, cancelar antecipadamente a totalidade de Debêntures, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da respectiva Assembléia de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado nos termos dessa Escritura de Emissão, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, e conseqüente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, para cada dia do Período da Ausência da Taxa DI será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.
- (ii) A Emissora poderá amortizar integralmente a totalidade das Debêntures em Circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento e as amortizações originalmente programadas das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida na Cláusula 4.10.9 abaixo, observando que, até a amortização integral das Debêntures será utilizada uma nova taxa definida por Debenturistas representando, no mínimo (a) 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, em Assembléia Geral de Debenturistas realizada em primeira convocação; ou (b) a maioria dos presentes à Assembléia Geral de Debenturista realizada em segunda convocação, e apresentada à Emissora na referida Assembléia de Debenturistas, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a respectiva taxa de Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada

5 A 8



007736617/3.63a/13 set 2007



de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquanta e dois) dias.

**4.10.8 Pagamento de Remuneração.** O pagamento da Remuneração será semestral, a contar da Data de Emissão.

**4.11 Repactuação.** Não há repactuação programada para as Debêntures.

**4.12 Aquisição Facultativa.** A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em Circulação, por preço não superior ao Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações.

**4.12.1** As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser colocadas no mercado.

**4.13 Vencimento Antecipado.** Observado o disposto nas Cláusulas 4.13.1 e 4.13.2, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento de Remuneração, e outros encargos conforme o caso até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- (a) falta de pagamento, pela Emissora de quaisquer valores devidos aos titulares de Debêntures nas respectivas datas de vencimento;
- (b) pedido de auto-falência, pedido de falência não elidido no prazo legal, dissolução, liquidação, decretação de falência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou a intervenção da Emissora, ou qualquer de suas controladas, ou coligadas diretas ou indiretas, neste ultimo caso, com relação às suas coligadas diretas ou indiretas, desde de afete de forma adversa e substancial o cumprimento das obrigações da Emissora, previstas nesta Escritura de Emissão;
- (c) vencimento antecipado ou inadimplemento de qualquer dívida financeira ou comercial da Emissora, ou de qualquer de suas controladas diretas ou indiretas, em montante individual ou agregado superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), sendo esse valor atualizado anualmente, de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, divulgado pela FGV/SP, para o período. No caso de extinção ou de não



AG7736517/3.63a/13 set 2007

publicação do IGP-M, será adotado o índice que vier a substituí-lo por lei;

- (d) alteração do objeto social da Emissora, que venha a afetar de forma adversa as suas atividades principais, conforme existentes na presente data.
- (e) pagamento pela Emissora de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro, nas hipóteses em que a Emissora esteja, comprovadamente, em descumprimento de qualquer de suas obrigações previstas na presente Escritura de Emissão;
- (f) não cumprimento de qualquer sentença, decisão arbitral ou acórdão judicial exigível contra a Emissora ou suas controladas ou coligadas diretas em valor unitário superior ou agregado a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data estipulada para pagamento, sendo esse valor atualizado anualmente, de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, divulgado pela FGV/SP, para o período. No caso de extinção ou de não publicação do IGP-M, será adotado o índice que vier a substituí-lo por lei;
- (g) inadimplemento de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão não sanada em um prazo de 15 (quinze) dias úteis contados do aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- (h) protesto de títulos legítimos, no valor unitário ou agregado superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), por cujo pagamento a Emissora, ou suas controladas diretas ou indiretas sejam responsáveis, ainda que na condição de garantidora, não elidido no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo esse valor atualizado, anualmente, de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do mercado – IGP-M, divulgado pela FGV/SP, para o período. No caso de extinção ou de não publicação do IGP-M, será adotado o índice que vier a substituí-lo por lei;
- (i) caso as declarações e garantias prestada nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão sejam descumpridas e/ou provem-se falsas, incorretas, incompletas ou enganosas;
- (j) o não cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas no Contrato de Cessão, ou caso o Contrato de Cessão (i) seja objeto de questionamento judicial, anulação ou rescisão, de maneira que afete o cumprimento de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão; (ii) não seja devidamente constituído; (iii) seja



A07730617/3.63a/13 set 2007



anulado; ou (iv) de qualquer forma, deixe de existir ou seja rescindido;

- (k) transferência, alienação ou venda, direta ou indireta do controle da Emissora para companhia não pertencente ao Grupo J. Macêdo, sendo entendido como "Grupo J. Macêdo", para fins desta Escritura de Emissão todas as sociedades detidas direta ou indiretamente pelos atuais acionistas da MAC-DO Administração e Participações S.A.;
- (l) incorporação, cisão ou fusão da Emissora, exceto se (i) aprovada por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% das Debêntures em Circulação, em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada, para esse fim ou (ii) for assegurado aos Debenturistas que o assim desejarem o resgate das Debêntures de que forem titulares, nos termos do parágrafo 1º do Artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;
- (m) incorporação, cisão ou fusão de qualquer coligada ou subsidiária direta ou indireta da Emissora, exceto se tal reorganização ocorrer dentro do Grupo J. Macêdo;
- (n) realização, pela Emissora de novas operações de empréstimo para empresas do mesmo grupo, incluindo, mas não se limitando a subsidiárias, controladas, afiliadas ou controladoras em valor superior, em uma operação ou em uma série de operações relacionadas, a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido, conforme princípios contábeis geralmente aceitos, da Emissora; e
- (o) não observância, pela Emissora, enquanto houver Debêntures em Circulação, dos seguintes índices e limites financeiros apurados trimestralmente pelo Agente Fiduciário, a partir de 31.12.2007, com base nas informações trimestrais consolidadas da Emissora, divulgadas à CVM, referentes ao encerramento dos trimestres de março, junho, setembro e dezembro:

Índices	Limites
Dívida Financeira Líquida / EBITDA	menor ou igual a 2,75
Dívida Total / patrimônio líquido	menor ou igual a 1,50
EBITDA / Despesa Financeira Líquida	maior ou igual a 1,75

onde:

- "EBITDA" significa, em relação aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração do índice, o somatório (i) do resultado antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações, (ii) das despesas de



AO7736617/3.63a/13 set 2007

depreciação e amortização ocorridas no período, (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras e (iv) do resultado não operacional. As Despesas Financeiras são considerados em relação aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração do índice.

- **"Dívida Total"** significa a somatória dos empréstimos, financiamentos, debêntures, títulos descontados, encargos financeiros, diferencial a pagar por operações com derivativos, cessão de direitos creditórios não performados, assim entendidos direitos creditórios que tenham por origem operações de compra e venda para entrega futura, e/ou futura prestação de serviço pela Emissora, avais e todas garantias prestadas a terceiros da Emissora e suas controladas consolidadas.
- **"Dívida Líquida"** significa a Dívida Total menos o saldo em caixa, aplicações financeiras e o diferencial a receber por operações com derivativos, da Emissora e suas controladas consolidadas.
- **"Despesa Financeira Líquida"** significa as despesas financeiras consolidadas deduzidas das receitas financeiras consolidadas nos últimos 4 (quatro) trimestres, apurada de acordo com as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora.

- 4.13.1 O Agente Fiduciário deverá declarar automaticamente o vencimento antecipado das Debêntures nas hipóteses previstas nas alíneas "a", "b", "c", "e", "f", "h", "i", "j", "k" e "l", acima.
- 4.13.2 Na ocorrência dos eventos previstos nas alíneas "d", "g", "m", "n" e "o", acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias contados da data em que for constatada ocorrência do referido evento ou do fim do período para sanar a inadimplência, conforme o caso, Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures.
- 4.13.3 Após a realização da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 4.13.2 acima, o Agente Fiduciário deverá, no caso de deliberação nesse sentido, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração e outros encargos devidos até a data do efetivo pagamento, a menos que titulares de Debêntures que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação optem por não declarar o



A07736617/3.63a/13 set 2007



vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures.

4.13.4 Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora.

4.14 **Oferta de Resgate Antecipado.** A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado das Debêntures, total ou parcial, endereçada a todos os Debenturistas sem distinção, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar ou não o resgate das Debêntures por eles detidas (**"Oferta de Resgate Antecipado"**). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma:

- (i) A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado total ou parcial por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado nos termos da Cláusula 4.19 desta Escritura de Emissão, o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (a) se a aquisição será da totalidade das Debêntures ou se a mesma será parcial e, neste caso deverá estar descrito na Oferta de Resgate Antecipado, o procedimento para aquisição parcial mediante sorteio; (b) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (c) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas; e (d) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas.
- (ii) Após a publicação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão 10 (dez) dias úteis para se manifestarem. Ao final dos 10 (dez) dias úteis, a Emissora terá 3 (três) dias úteis para proceder a liquidação da oferta de Resgate Antecipado.
- (iii) A Emissora poderá condicionar o Resgate Antecipado à aceitação deste por um percentual mínimo de Debenturistas, a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado.
- (iv) O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário de emissão, no início do primeiro Período de Capitalização, ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no caso dos demais Períodos de



AG7736617/3.63a/13 set 2007

Capitalização, acrescido (a) da Remuneração Devida e ainda não paga até a data de Resgate Antecipado, calculada nos termos da Cláusula 4.10 desta Escritura de Emissão; e (b) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, prêmio de resgate esse que não poderá ser negativo.

- 4.14.1 As Debêntures resgatadas serão canceladas pela Emissora. No caso de resgate antecipado total das Debêntures, a Emissora celebrará com o Agente Fiduciário aditamento à presente Escritura de Emissão cancelando a Oferta.
- 4.14.2 Para as debêntures custodiadas na CETIP, a operacionalização do resgate antecipado parcial será realizada através da operação de compra e de venda definitiva das Debêntures no mercado secundário. No entanto, todas as etapas da Oferta de Resgate Antecipado parcial, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.
- 4.15 **Multa e Juros Moratórios.** Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso.
- 4.16 **Decadência dos Direitos aos Acréscimos.** Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.15 acima, o não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
- 4.17 **Local de Pagamento.** Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP e CBLC. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP e CBLC terão os seus pagamentos realizados junto ao Banco Mandatário.
- 4.18 **Prorrogação dos Prazos.** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo/SP ou Fortaleza/CE, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.





ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

- 4.19 Publicidade.** Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures, deverão ser publicados sob a forma de Aviso aos Debenturistas no Diário Oficial do Estado do Ceará e no jornal Valor Econômico, edição nacional.
- 4.20 Imunidade dos Debenturistas.** Caso qualquer titular de Debênture goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter os valores devidos, nos termos da legislação tributária em vigor, descontados dos seus rendimentos.
- 4.21 Liquidez e Estabilização.** Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

## 5 DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

### 5.1 A Emissora está adicionalmente obrigada a:

#### 5.1.1 fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) cópia de seus demonstrativos financeiros anuais e trimestrais completos, na mesma data em que tais demonstrativos forem entregues à CVM, acompanhados de parecer ou relatório de revisão especial dos auditores independentes, conforme o caso, demonstrativos estes que serão preparados de acordo com a regulamentação brasileira e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (ii) dentro de, no máximo, 105 (cento e cinco) dias do término de cada exercício social, e dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre social, declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das obrigações da Emissora descritas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão;
- (iii) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre social, relatório demonstrativo do cumprimento dos limites e índices financeiros, explicitando as rubricas e descrevendo as contas realizadas para cálculo dos limites e índices financeiros;



07736817/3.63a/13 set 2007

- (iv) dentro de 10 (dez) dias úteis qualquer informação que, razoavelmente, lhe venha a ser solicitada;
- (v) cópia das informações periódicas e eventuais pertinentes à Instrução CVM n.º 202/93, com a mesma periodicidade prevista para o envio dessas informações à CVM;
- (vi) até o primeiro dia útil posterior à data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista na Cláusula 4.19 acima;
- (vii) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração que de alguma forma envolvam o interesse dos titulares de Debêntures, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 202/93 ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (viii) informações sobre qualquer descumprimento de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão ou do Contrato de Cessão, sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.1.6 abaixo;
- (ix) dentro de, no máximo, 105 (cento e cinco) dias do término de cada exercício social, ou em até 5 (cinco) dias após sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia do relatório de reavaliação anual da agência classificadora de risco da Emissão, contratada na forma da Cláusula 5.1.17 abaixo;
- (x) imediatamente após o seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora e relacionada a um evento de inadimplemento que possa afetar de Forma Substancial Adversa as atividades da Emissora. Para fins da presente Escritura de Emissão considera-se **"Forma Substancial Adversa"** qualquer alteração adversa (i) nas condições econômicas e financeiras da Emissora ou de qualquer de suas subsidiárias que possa prejudicar suas atividades da maneira como são conduzidas atualmente; (ii) nos negócios, propriedades ou resultados da Emissora ou de qualquer de suas subsidiárias; e (iii) na habilidade da Emissora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão;

5.1.2 submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;



A07738617/3.63a/13 set 2007



- 5.1.3 manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta na CVM e disponibilizar aos seus acionistas e aos titulares de Debêntures as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;
- 5.1.4 manter, em adequado funcionamento, um órgão para atender, de forma eficiente, os titulares de Debêntures ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- 5.1.5 convocar, nos termos da Cláusula 7, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- 5.1.6 informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer evento previsto na Cláusula 4.13 da presente Escritura de Emissão;
- 5.1.7 cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- 5.1.8 não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social e/ou com esta Escritura de Emissão e com o Contrato de Cessão, sem prejuízo das demais disposições legais e regulamentares em vigor;
- 5.1.9 notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora ou de suas subsidiárias que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- 5.1.10 manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes no segmento em que atuam;
- 5.1.11 não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares das Debêntures;
- 5.1.12 cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;



- 5.1.13 manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, as suas despesas, o Banco Mandatário, o Banco Escriturador, o Agente Fiduciário e sistema de negociação SND e Bovespafix;
- 5.1.14 efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios em bases razoáveis e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão;
- 5.1.15 assegurar o cumprimento de todas as suas obrigações, de acordo com o disposto no Contrato de Cessão;
- 5.1.16 manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- 5.1.17 contratar e manter contratada, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, agência de *rating* que divulgue relatório, com periodicidade pelo menos anual, devendo (i) manter atualizada a classificação de risco, (ii) divulgar ou permitir que a agência divulgue relatório com a súmula da classificação de risco; (iii) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento; e (iv) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures, devendo referida contratação ser realizada com a Standard & Poor's;
- 5.1.18 aplicar os recursos obtidos na Oferta conforme determinado na Cláusula 3.4, bem como comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que possa importar em modificação da utilização desses recursos;
- 5.1.19 exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa e para os quais adequadas reservas tenham sido constituídos de acordo com as práticas contábeis brasileiras, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal. A Emissora deverá informar o Agente Fiduciário caso decida não constituir reserva que tenha sido sugerida por seus contadores e advogados de acordo com as práticas contábeis brasileiras;
- 5.1.20 manter atualizados os alvarás, aprovações, autorizações e licenças (inclusive licenças ambientais) necessárias à exploração de seus negócios principais, especialmente aqueles que, uma vez



07736617/3.63a/13 set 2007



desatualizados e/ou inexistentes podem afetar de Forma Substancial Adversa as atividades da Emissora;

- 5.1.21 manter, conservar e preservar, em boa ordem e condição de funcionamento, ressalvado o desgaste decorrente de seu uso normal, os seus bens, relevantes, necessários ou úteis para a devida condução de seus negócios;
  - 5.1.22 zelar para que suas demonstrações financeiras e registros contábeis não contenham qualquer informação errada ou, falsa e/ou omitam qualquer informação relevante que deva ser divulgada de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil; e
  - 5.1.23 não participar de, ou realizar, qualquer operação com partes relacionadas que não seja realizada em condições estritamente comutativas e compatíveis com os parâmetros de mercado.
- 5.2 As despesas a que se refere a Cláusula 5.1.14 acima compreendem, mas não se limitam a despesas com (a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável; (b) extração de certidões; (c) despesas razoáveis de viagem, alimentação, transporte e hospedagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário; e (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que comprovadamente vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.
- 5.2.1 O crédito do Agente Fiduciário, por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos titulares de Debêntures, que não tenha sido saldado na forma da Cláusula 5.1.14, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.
  - 5.2.2 Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha razoavelmente a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos titulares de Debêntures e, posteriormente conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares de Debêntures incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos titulares de Debêntures ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente



Ass 7736617/3.63a/13 sel 2007

suportadas pelos titulares de Debêntures, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos titulares de Debêntures para cobertura do risco de sucumbência.

## 6 DO AGENTE FIDUCIÁRIO

- 6.1 Nomeação.** A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.
- 6.2** O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.
- 6.3 Remuneração.** Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:
- (a) Parcelas trimestrais de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), sendo a primeira devida quando da concessão do registro da Oferta pela CVM e as demais no mesmo dia dos trimestres subsequentes;
  - (b) A remuneração será atualizada, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela referida na alínea "a" acima, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculada *pro rata die* se necessário;
  - (c) A remuneração prevista acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora; e
  - (d) As remunerações serão acrescidas dos seguintes impostos: Impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS - Imposto Sobre Serviços), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido), e IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) com as alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.



007736617/3.63a/13 set 2007



**6.4 Substituição.** Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias contados do evento que a determinar, caberá à Emissora efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.

- 6.4.1 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, pedindo sua substituição.
- 6.4.2 É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.
- 6.4.3 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia Geral de Debenturistas.
- 6.4.4 Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/83 e eventuais normas posteriores.
- 6.4.5 A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCEC junto com a presente. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos da Cláusula 4.19 acima.



A07736617/3.63a/13 set 2007

6.4.6 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

**6.5 Deveres e Atribuições do Agente Fiduciário.** Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto na Cláusula 2.7 da presente Escritura de Emissão;
- (e) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (f) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCEC, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) verificar anualmente a regularidade da constituição das garantias das Debêntures, observando a manutenção de sua suficiência e exeqüibilidade;
- (i) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Emissora;
- (j) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (k) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, na forma da Cláusula 4.19 da presente Escritura de Emissão;



07736617/3.63a/13 set 2007



- (l) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) elaborar relatórios destinados aos titulares de Debêntures, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações: (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora; (ii) alterações estatutárias ocorridas no período; (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital; (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado; (v) pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; (vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração; (viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão; (ix) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures; e (x) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- (n) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos titulares de Debêntures no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais: (i) na sede da Emissora; (ii) na sede do Agente Fiduciário; (iii) na CVM; (iv) na BOVESPA; (v) na CETIP; e (vi) na sede das instituições financeiras responsáveis pela coordenação da colocação das Debêntures;
- (o) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (p) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Mandatário, ao Banco Escriturador, à CETIP e à BOVESPA;
- (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;



- (r) notificar os titulares de Debêntures, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM, à Bovespa e à CETIP;
- (s) acompanhar, calcular e apurar os índices e limites, na periodicidade prevista nesta Escritura de Emissão;
- (t) verificar se o relatório de avaliação (*rating*) das Debêntures, elaborado pela agência de classificação de risco, foi atualizado ao menos anualmente, bem como se as versões atualizadas foram divulgadas ao mercado e encaminhar à ANBID o relatório de avaliação (*rating*) objeto de atualização, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da data em que tiver ciência de sua divulgação;
- (u) monitorar diligentemente os procedimentos de constituição de garantias e estabelecimento de mecanismos de pagamento; e
- (v) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações.

**6.6 Atribuições Específicas do Agente Fiduciário.** Observadas as condições desta Escritura de Emissão e sem prejuízo do disposto na Cláusula 6.5 acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares de Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) executar as garantias outorgadas, aplicando o produto no pagamento, integral e proporcionalmente, dos titulares das Debêntures;
- (d) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (e) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

**6.7** O Agente Fiduciário se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "d" acima se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação





da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese de disposto na alínea "e" acima, será suficiente a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação.

## **7 ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

- 7.1** Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.
- 7.2** A Assembléia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.
- 7.2.1** A Assembléia Geral de Debenturistas deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da primeira convocação, ou no prazo mínimo de 8 (oito) dias, contados da segunda convocação.
- 7.3** Aplicar-se-á à Assembléia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.
- 7.3.1** A presidência da Assembléia Geral de Debenturistas caberá, conforme quem a tenha convocado, na forma da Cláusula 7.2, respectivamente, ao Agente Fiduciário, à Emissora, ao debenturista eleito pelos demais debenturistas presentes ou àquele que for designado pela CVM.
- 7.4** A Assembléia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número.
- 7.5** Cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão e na Cláusula 7.5.1 abaixo, serão aprovadas por titulares de Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.
- 7.5.1** Quaisquer alterações no prazo de vigência das Debêntures, nas garantias das Debêntures, sua Remuneração, no cronograma de amortização previsto na Cláusula 4.9, no quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas e nos eventos de vencimento antecipado, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, assim como na hipótese descrita na Cláusula 4.13.3, deverão ser aprovadas por titulares de Debêntures representando 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.



A07736617/3.63a/13 set 2007

- 7.6 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.
- 7.7 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

## 8 DECLARAÇÕES E GARANTIAS

8.1 **Da Emissora.** A Emissora neste ato declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (a) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto aqueles criados pelo Contrato de Cessão, ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades relevantes;
- (e) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, que, caso inexistentes poderiam afetar de Forma Substantial Adversa as atividades da Emissora, sendo todas elas válidas;



7738617/3.63a/13 set 2007



- (f) a Emissora cumpriu e está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis e relevantes à condução de seus negócios, ressalvadas eventuais situações especificamente descritas no Prospecto, ou nos casos em que leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais tenham sido contestadas de boa fé pela Emissora ou para os quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância;
- (g) as Demonstrações Financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006, assim como as informações trimestrais referentes ao período encerrado em 30.6.2007 representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (h) todo pagamento ou contratação de empréstimos de qualquer natureza, de forma direta ou indireta, com qualquer dos acionistas da Emissora e seus respectivos acionistas diretos e indiretos, ou empresas integrantes do grupo de controle da Emissora terão seus pagamentos de principal, juros e demais encargos subordinados à prévia e integral liquidação dos valores devidos às Debêntures;
- (i) o Prospecto da Emissão conterá, na data de publicação do Anúncio de Início, todas as informações relevantes em relação à Emissora, no contexto da Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de suas condições financeiras, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (j) as informações e declarações contidas no Prospecto em relação à Emissora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, não havendo fatos relativos à Emissora ou às Debêntures não divulgados no Prospecto, cuja omissão, no contexto da Oferta, faça com que alguma declaração relevante do Prospecto seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- (k) exceto pelas contingências informadas no Prospecto, não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas



007736617/4.0a/13 Sep 2007

atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;

- (l) não há qualquer ligação entre ela e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (m) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (n) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura;
- (o) não há, nesta data, (i) quaisquer títulos de sua emissão ou contra si sacados, que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados, de valor unitário e/ou agregado igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) (ou seu contravalor em outras moedas), excetuados os que, apresentados para protesto, tenham sido objeto de pedido de sustação de protesto seguido, conforme o caso, da respectiva ação principal, com razoáveis fundamentos de direito; ou (ii) dívida vencida e não paga de sua responsabilidade, de valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) (ou seu contravalor em outras moedas) ou a sua constituição em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, ou cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão;
- (p) os documentos e informações fornecidos ao Coordenador Líder e seus assessores legais durante o procedimento de *due diligence* da Emissora para a elaboração do Prospecto são corretos e atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora, de acordo com as listas de documentos apresentada e demais solicitações de documentos e informações efetuadas pelo Coordenador Líder e seus assessores durante referido procedimento de *due diligence*, tendo sido disponibilizadas, entre outras, (i) informações sobre todas as ações judiciais ou administrativas pendentes contra a Emissora, seus controladores e/ou controladas que, caso julgadas contrariamente, podem afetar negativamente e de forma relevante os seus resultados, e (ii) informações sobre todas as operações relevantes da Emissora e de suas controladas, bem como sobre os direitos e obrigações delas decorrentes, que tenham sido realizadas nos últimos 3 (três) anos; e
- (q) as demonstrações financeiras da Emissora, relativas ao último exercício social encerrado e aos dois anos imediatamente



07736617/3.63a/13 set 2007



anteriores, assim como as informações da Emissora relativas ao último trimestre encerrado, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, de forma consistente com práticas passadas.

**8.2 Do Agente Fiduciário.** O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara e garante à Emissora, sob as penas da lei, que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28/83;
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (i) verificou a regularidade da constituição das garantias das Debêntures, de que trata a Cláusula 4.5 desta Escritura de Emissão, bem como de sua suficiência e exeqüibilidade, ressalvando apenas que a garantia adicional consubstanciada pela cessão fiduciária dos direitos creditórios, somente terá validade perante terceiros quando da efetivação dos registros previstos no Contrato de Cessão, conforme disposições da Lei 6.015/73;
- (j) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão; e



Ar 7736617/3.63a/13 set 2007

- (k) verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto na Cláusula 2.7 da presente Escritura.

## 9 DAS NOTIFICAÇÕES

- 9.1 Todas as notificações ou outras comunicações relativas a esta Escritura de Emissão ("**Notificações**") serão feitas por escrito e em português e entregues pessoalmente, via fax, carta com aviso de recebimento ou por empresa *courrier* reconhecida internacionalmente.
- 9.2 As Notificações para a Emissora deverão ser enviadas para o endereço abaixo indicado, ou para outra pessoa ou endereço eventualmente indicado pela Emissora às outras partes:

### **J. Macêdo S.A.**

Endereço: Rua Benedito Macêdo, 79, Cais do Porto  
Fortaleza – CE  
CEP: 60180-900  
Telefone: (85) 4006-6017  
Fac-símile: (85) 4006-6027  
E-mail: ri@jmacedo.com.br  
At.: Diretoria de Relação com Investidores

- 9.3 As Notificações para o Agente Fiduciário deverão ser enviadas para o endereço abaixo indicado, ou para outra pessoa ou endereço eventualmente indicado pelo Agente Fiduciário às outras partes:

### **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Endereço: Av. das Américas n.º 500, Bl 13, Grupo 205, Cond. Downtown  
Barra da Tijuca – Rio de Janeiro – RJ  
CEP: 22640-100  
Telefone: (21) 2493-7003  
Fac-símile: (21) 2493-4746/4901  
E-mail: agente@oliveiratrust.com.br e freitas@oliveiratrust.com.br  
At.: José Alexandre Freitas

- 9.4 As Notificações para o Banco Mandatário e para o Banco Escriturador deverão ser enviadas para o endereço abaixo indicado, ou para outra pessoa ou endereço eventualmente indicado pelo Banco Mandatário e/ou Banco Escriturador às outras partes:

### **Banco Itaú S.A.**

Endereço: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Itáisa  
04344-902 São Paulo - SP  
Telefone: (11) 5029-1317  
Fac-símile: (11) 5029-1917



07736617/3.63a/13 set 2007



E-mail: jose-nilson.cordeiro@itau.com.br  
At.: José Nilson Cordeiro

- 9.5 As Notificações para a CETIP deverão ser enviadas para o endereço abaixo indicado, ou para outra pessoa ou endereço eventualmente indicado pela CETIP às outras partes:

**Câmara de Custódia e Liquidação**

Endereço: Rua Libero Badaró, n.º 425, 24º andar  
Centro – São Paulo – SP  
CEP: 01009-000  
Telefone: (11) 3111-1596/3365-4925  
Fac-símile: (11) 3111-1564  
E-mail: gr.debentures@cetip.com.br  
At.: Gisele Cristina Savian

- 9.6 As Notificações para a BOVESPA deverão ser enviadas para o endereço abaixo indicado, ou para outra pessoa ou endereço eventualmente indicado pela Bovespa às outras partes:

**Bolsa de Valores de São Paulo**

Endereço: Rua XV de Novembro, n.º 275  
Centro – São Paulo – SP  
CEP: 01013-001  
Telefone: (11) 3233-2000  
Fac-símile: (11) 3242-3550  
E-mail: gre@bovespa.com.br  
At.: Nelson Ortega

- 9.7 Todas as Notificações serão consideradas entregues na data de seu recebimento, se entregues pessoalmente, por carta registrada ou *courrier* e no momento da transmissão, em forma legível, se enviada por fax.
- 9.8 Exceto se de outra forma estabelecido nesta Escritura, qualquer comunicação, notificação ou decisão que afete os interesses dos debenturistas deverá ser publicada no jornal Valor Econômico, no boletim oficial da Bovespa e na CETIP. Qualquer uma das referidas comunicações serão consideradas entregues na data em que foram publicadas ou, se publicadas mais de uma vez ou em datas diferentes, serão consideradas entregues na data da primeira publicação. A Emissora prontamente avisará o Agente Fiduciário da realização de qualquer publicação.

**10 DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 10.1 **Anexos.** Os Anexos à presente Escritura de Emissão, depois de rubricados pelas Partes, passam a fazer parte integrante da presente Escritura de



A07736617/3.63a/13 set 2007

Emissão, devendo a Escritura de Emissão prevalecer no caso de conflito ou omissão.

- 10.2 Cessão e Transferência.** As Partes não poderão ceder ou transferir, total ou parcialmente, a presente Escritura de Emissão ou quaisquer obrigações nela contidas sem a prévia e expressa concordância, por escrito, da outra Parte.
- 10.3 Validade.** Caso uma ou mais disposições contidas nesta Escritura de Emissão sejam consideradas ou se tornarem inválidas, ilegais, fora de vigência ou inexecutíveis em qualquer aspecto, a validade, a legalidade, a vigência ou a executibilidade das outras disposições contidas nesta Escritura de Emissão não será afetada, nem prejudicada de forma alguma como resultado desse fato. A disposição inválida, ilegal, ineficaz ou inexecutível será substituída por uma disposição cujo efeito econômico se aproximar o máximo possível do efeito econômico da disposição inválida, ilegal, ineficaz ou inexecutível. O mesmo aplicar-se-á se existir lacuna nesta Escritura de Emissão.
- 10.4 Tolerância.** A tolerância, por qualquer das partes, com relação ao descumprimento de qualquer termo ou condição ajustado nesta Escritura de Emissão, não será considerada como desistência em exigir o cumprimento de disposição nele contida, nem representará perdão, renúncia ou novação com relação à obrigação passada, presente ou futura, no tocante ao termo ou condição cujo descumprimento foi tolerado.
- 10.5 Acordo Integral.** A presente Escritura de Emissão obriga as partes e seus sucessores e constitui o acordo integral entre as Partes, prevalecendo sobre qualquer outro documento anteriormente firmado pelas Partes e não poderá ser alterado ou modificado em nenhuma de suas cláusulas ou condições, salvo mediante acordo por escrito, assinado por ambas as Partes.
- 10.6 Sobrevivência.** As obrigações das Partes decorrentes da presente Escritura de Emissão, relativas ao pagamento de multas, indenizações, reembolsos, confidencialidade e exclusividade sobreviverão ao término da presente Escritura de Emissão, permanecendo as Partes obrigadas entre si até o integral e efetivo cumprimento dessas obrigações.
- 10.7 Lei de Regência e Foro.** A presente Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Escritura de Emissão, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou que possa vir a ser.

E, por estarem justas e contratadas, as Partes assinam a presente Escritura de Emissão em 03 (três) vias de igual teor e forma, e para um só efeito, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo indicadas.



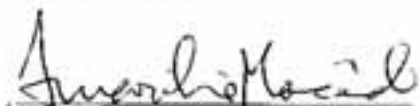
A07736617/3.638/13 set 2007



São Paulo, 13 de setembro de 2007.

01000

**J. MACÊDO S.A.**



Nome: AMELIAS PEREIRA DE MACÊDO

Cargo: DIRETOR PRESIDENTE



Nome: HONÓRIO TADEU DE OLIVEIRA ANDRADE



Cargo: DIRETOR

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

  
Nome: PATRICIA RUSSO FERREIRA

Cargo: CPF 314.714.176-38  
RG 42.328.566-X

Testemunhas:

  
Nome: VIVIANE FREIXE MOURA  
CPF: 822.614.213-34  
Nome: JOSÉ DOS SANTOS MESESES  
CPF: 477.481.093-20

(página de assinatura integrante do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Adicional, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da J. Macêdo S.A. celebrado em 13 de setembro de 2007)



A07736617/3.63a/13 set 2007